

ESMESC

**PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA NO ÂMBITO
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

EDITAL 036 /2022 -TJSC

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

TIPO 3

BOA PROVA!

Florianópolis, 2023.

ESMESC

PROVA SELETIVA OBJETIVA – 1ª ETAPA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Conforme previsto pela súmula vinculante 46 é CORRETO afirmar que:

- a) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União, por meio de lei complementar.
- b) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa concorrente da União, Estados e Municípios.
- c) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa exclusiva da União.
- d) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.**
- e) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa do Supremo Tribunal Federal.

2) Em relação a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental é CORRETO afirmar:

- a) Não cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental contra lei ou ato normativo municipal.
- b) A arguição de descumprimento de preceito fundamental não é a via adequada para se obter a interpretação, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante.**
- c) Prefeito Municipal poderá propor arguição de descumprimento de preceito fundamental contra lei municipal.
- d) É possível a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental contra atos negociais de particulares.
- e) A arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser utilizada como substituto processual da reclamação constitucional.

3) O conceito de constituição que trata ser o processo de mudança da constituição mais solene e complexo que o processo de formação da lei é chamado de :

- a) Constituição superrígida
- b) Constituição semi- rígida
- c) Constituição rígida**
- d) Constituição garantia
- e) Constituição moldura

4) Sobre as competências dos entes federativos é CORRETO afirmar que:

- a) Compete, concorrentemente aos Estados Membros e Municípios legislar sobre horário de funcionamento do comércio.
- b) É inconstitucional lei estadual que proíbe a instalação de medidores externos de energia elétrica pelas empresas concessionárias do serviço, por violação da competência privativa da União para legislar sobre a matéria.**
- c) É constitucional lei estadual que amplia as formas de pagamento dos planos privados de assistência à saúde, individuais ou coletivos, por ser competência privativa dos Estados Membros
- d) É constitucional lei estadual que trata da obrigatoriedade de equipar os ônibus utilizados no serviço público de transporte coletivo com dispositivos redutores de estresse para motoristas e cobradores.
- e) É constitucional a lei distrital ou estadual que comine penalidades a quem seja flagrado em estado de embriaguez na condução de veículo automotor.

5) Sobre as medidas provisórias, assinale a alternativa CORRETA:

ESMESC

- a) É possível a edição de medida provisória que trate de matéria abordada em projeto de lei que esteja pendente de sanção pelo Presidente da República
- b) As medidas provisórias terão sua votação iniciada de forma alternada nas casas do Congresso Nacional.
- c) O prazo de 60 dias de vigência do medida provisória é contado em dias úteis.
- d) É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo, salvo se houver recurso da maioria absoluta dos membros da casa legislativa.
- e) O regime de urgência previsto na Constituição da República – que impõe o sobrestamento das deliberações legislativas das Casas do Congresso Nacional – incide, tão-somente, sobre aquelas matérias que se mostram passíveis de regramento por medida provisória.

6) sobre as emendas constitucionais, assinale a alternativa CORRETA: ANULADA

- a) Não cabe controle concentrado ou difuso de emendas constitucionais.
- b) Cabe iniciativa popular para proposta de emenda constitucional.
- c) As emendas constitucionais que tratam de temas relativos a Administração Pública são de iniciativa privativa do Presidente da República
- d) A proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- e) A proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

7) Em relação a previsão constitucional do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 membros com mandato de 2 anos, não admitida recondução.
- b) Compete ao Conselho Nacional de Justiça zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo, no âmbito de sua competência, apenas recomendar providências
- c) Compete ao Conselho Nacional de Justiça rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.
- d) O Conselho Nacional de Justiça tem como um de seus membros juiz estadual indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- e) Compete ao Conselho Nacional de Justiça fiscalizar as medidas adotadas durante a decretação de intervenção federal.

8) Um dos temas mais importantes do exercício do mandato parlamentar é a questão relativa as imunidades parlamentares. Sobre a imunidade material do parlamentar, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A garantia constitucional da imunidade parlamentar material somente incide no caso de as manifestações guardarem conexão com o desempenho da função legislativa ou que sejam proferidas em razão desta.
- b) A imunidade material do parlamentar é absoluta.
- c) A garantia constitucional da imunidade parlamentar em sentido material destinada a viabilizar a prática independente, pelo membro do Congresso Nacional, do mandato legislativo e se estende ao congressista, quando, na condição de candidato a qualquer cargo eletivo, vem a ofender, moralmente, a honra de terceira pessoa
- d) A imunidade parlamentar se estende aos suplentes, mesmo quando não exercessem temporariamente o mandato eletivo
- e) A imunidade parlamentar se estende ao corréu sem essa prerrogativa.

9) Sobre os direitos políticos assinale a alternativa CORRETA:

- a) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, só podendo ter eficácia após o período de vacatio legis.
- b) Filho de Governador de Estado não poderá concorrer a prefeito de município localizado no estado em que seu pai exerce o mandato eletivo.
- c) O detentor de mandato eletivo junto ao poder executivo deve desincompatibilizar-se do mandato seis meses antes de eleição para concorrer a reeleição.
- d) Brasileiro naturalizado não pode ser candidato ao cargo de governador de Estado.

e) Brasileiro maior de 16 anos que fizer o alistamento eleitoral é obrigado a votar.

10) Sobre os direitos fundamentais de liberdade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A liberdade de expressão é ilimitada no direito brasileiro.
- b) A liberdade profissional é livre, somente cabendo a lei regular qualificações profissionais para atividades profissionais que ofereçam risco a terceiros.
- c) A liberdade religiosa veda liturgias que pratiquem sacrifícios de animais.
- d) A liberdade de associação não pode sofrer interferência compulsória de nenhum dos poderes estatais.
- e) A liberdade de locomoção é considerada como absoluta no direito brasileiro.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. O ingresso em carreira pública se dá, em regra, através do concurso público. A esse respeito, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É possível a realização de etapas de concurso público em datas e horários distintos dos previstos em edital, por candidato que invoca escusa de consciência por motivo de crença religiosa, desde que presentes a razoabilidade da alteração, a preservação da igualdade entre todos os candidatos e que não acarrete ônus desproporcional à Administração Pública, que deverá decidir de maneira fundamentada.
- b) O candidato estrangeiro tem direito líquido e certo à nomeação em concurso público para provimento de cargos de professor, técnico e cientista em universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, ainda que a restrição da nacionalidade esteja expressa no edital do certame.
- c) Sem previsão constitucionalmente adequada e instituída por lei, não é legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou a ação penal.
- d) A exclusão do candidato, que concorre à vaga reservada em concurso público, pelo critério da heteroidentificação, seja pela constatação de fraude, seja pela aferição do fenótipo ou por qualquer outro fundamento, exige o franqueamento do contraditório e da ampla defesa.
- e) A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, não gera direito às promoções ou progressões funcionais que alcançariam se houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação.

2. Autarquia consiste em uma entidade da administração pública indireta, dotada de personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e autonomia administrativa, criada por lei específica para o exercício de atividade típica de Estado. É CORRETO dizer que:

- a) As autarquias estão sujeitas hierarquicamente a controle da pessoa política que as criou, à qual são subordinadas.
- b) Os dirigentes das agências reguladoras são nomeados pelo Presidente da República para cumprir mandatos de 5 (cinco) anos, admitida uma recondução.
- c) Os membros do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada das agências reguladoras estão sujeitos à chamada quarentena, que consiste no impedimento de exercer atividade ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por período de 6 (seis) meses, contados da exoneração ou do término de seu mandato, assegurada a remuneração compensatória.
- d) Agência reguladora consiste em qualificação outorgada à autarquia que celebre contrato de gestão com o Poder Público.
- e) Agência executiva se trata de autarquia em regime especial com alto grau de especialização técnica e com a função de regular um setor da atividade econômica ou determinado serviço público.

3. Considerando o regime jurídico administrativo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A expropriação prevista no art. 243 da CF pode ser afastada, desde que o proprietário comprove que não incorreu em culpa, ainda que in vigilando ou in elegendo.
- b) Lei municipal versando subsídio vitalício considerado o exercício de mandatos de vereador e a consequente pensão em caso de morte é incompatível com a Constituição Federal.
- c) A publicidade permite a produção de efeitos do ato administrativo e se trata de condição de validade.

ESMESC

d) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

e) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

4. São atributos do ato administrativo, salvo:

a) Presunção de legitimidade, legalidade e veracidade.

b) Imperatividade.

c) Coercibilidade.

d) Tipicidade.

e) **Liberalidade.**

5. A nova lei de licitações trouxe sensíveis alterações no regime jurídico de contratações das Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. É CORRETO asseverar que:

a) Subordinam-se à nova lei os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

b) São modalidades de licitação o menor preço, o maior desconto e o maior retorno econômico, dentre outras.

c) **Contrato de eficiência consiste no pacto cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada.**

d) O diálogo competitivo se trata de critério de julgamento para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

e) O pregão será utilizado como modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico.

6. A competência é elemento irrenunciável do ato administrativo e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação. A esse respeito, assinale a alternativa INCORRETA:

a) **Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, desde que estes sejam hierarquicamente subordinados àqueles.**

b) Não podem ser objeto de delegação as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

c) O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

d) Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

e) O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.

7. Considerando os entendimentos firmados pelo Supremo Tribunal Federal em sede de súmulas vinculantes, a alternativa INCORRETA:

a) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição.

b) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

c) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

d) **O direito ao auxílio-alimentação se estende aos servidores inativos.**

e) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

8. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. É CORRETO dizer que:

Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina

Rua dos Bambus, 116, Itacorubi, Florianópolis-SC, 88034-570, (48) 3231-3045

www.esmesc.com.br

ESMESC

- a) A responsabilidade civil do Estado decorre tanto de conduta comissiva, quanto omissiva dos seus agentes, sendo aquela classificada como objetiva e essa subjetiva.
- b) A teoria da dupla garantia garante que a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- c) O Estado responde, subjetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- d) Prescreve em 10 (dez) anos as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar
- e) Considerando o dever de segurança, o Estado responde objetivamente por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, ainda que não demonstrado o nexu causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.

9. O parcelamento do solo urbano consiste em instrumento da Política Urbana que permite a divisão de glebas. A esse respeito, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante desmembramento, reservando-se o loteamento apenas para lotes rurais.
- b) A infraestrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) deverá atender, dentre outras, a soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.
- c) Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei federal.
- d) É admitida a aprovação de projeto de loteamento em áreas de risco definidas como não edificáveis, no plano diretor ou em legislação dele derivada.
- e) É vedado ao Poder Público exigir, em cada loteamento, a reserva de faixa *non edificandi* destinada a equipamentos urbanos.

10. São cláusulas exorbitantes do contrato administrativo, salvo:

- a) A modificação unilateral pela Administração Pública para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- b) A extinção unilateral pela Administração Pública nos casos previstos em lei.
- c) A aplicação de sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- d) A ocupação provisória de bens móveis e imóveis.
- e) A modificação unilateral pela Administração Pública das cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos sem prévia concordância do contratado.

DIREITO CIVIL

01. Sobre “Dação em Pagamento”, é correto afirmar: **ANULADA**

- a) O credor pode não consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- b) Ainda que for título de crédito a coisa dada em pagamento, a transferência não importará em cessão.
- c) O credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- d) O devedor pode consentir em entregar prestação diversa da que é devida.
- e) Determinado o preço da coisa dada em pagamento, as relações entre as partes regular-se-ão pelas normas do contrato de doação.

02. Assinale a alternativa correta relativamente à aplicação da cláusula penal:

ESMESC

- a) Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, terá o devedor o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal.
- b) O valor da cominação imposta na cláusula penal pode exceder o da obrigação principal.
- c) **A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.**
- d) Quando a obrigação for indivisível, só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.
- e) Para exigir a pena convencional, é necessário que o credor alegue prejuízo.

03. Paulo, em sua caminhada diária pela manhã, encontrou um relógio da marca ROLEX na calçada por onde passava. De acordo com o Código Civil, é CORRETO afirmar:

- a) Paulo há de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor e, não o encontrando, poderá ficar com o relógio.
- b) Paulo, em restituindo a coisa achada, terá direito a uma recompensa não inferior a dez por cento do seu valor, e à indenização pelas despesas que houver feito com a conservação e transporte da coisa, se o dono não preferir abandoná-la.
- c) Paulo responde pelos prejuízos causados ao proprietário ou possuidor legítimo, se tiver procedido com simples culpa.
- d) **A autoridade competente dará conhecimento da descoberta através da imprensa e outros meios de informação, somente expedindo editais se o seu valor os comportar.**
- e) Poderá o Estado abandonar a coisa em favor de Paulo.

04. Sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, é CORRETO afirmar:

- a) Apenas a parte interessada possui legitimidade para requerer a medida.
- b) **É possível a própria pessoa jurídica requerê-la, em seu favor, com vistas a obter a responsabilização pessoal de um de seus sócios que, eventualmente, tenha abusado de sua condição, causando prejuízo à própria empresa.**
- c) O incidente poderá ser instaurado apenas em sede de recurso.
- d) A desconsideração da pessoa jurídica, uma vez autorizada pelo Poder Judiciário, afasta dos bens dos sócios a responsabilidade pelas dívidas assumidas em nome da sociedade.
- e) Apenas o Ministério Público possui legitimidade para requerer a medida.

05. Sobre o direito obrigacional, assinale a alternativa CORRETA:

- a) **Nas obrigações solidárias, o devedor que cumpre a obrigação integral tem o direito regressivo de cobrar dos demais devedores a respectiva quota.**
- b) A solidariedade termina quando a obrigação se converte em perdas e danos, ocasião em que se faz o rateio entre as partes.
- c) O credor, em caso de obrigações por coisa certa, na impossibilidade de cumprimento do acordado, poderá ser compelido a receber outra coisa desde que mais valiosa que a inicialmente pactuada.
- d) Ao credor é lícito exigir o pagamento antecipado apenas no caso de falência do devedor ou concurso de credores.
- e) O STJ permite a aplicação da teoria do adimplemento substancial na interpretação acerca do pagamento da pensão alimentícia.

06. Sobre o tema “Bem de Família”, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O bem de família, quer instituído pelos cônjuges ou por terceiro, constitui-se pelo registro de seu título no Registro Civil de Pessoas Naturais.

ESMESC

- b) A dissolução da sociedade conjugal extingue o bem de família instituído voluntariamente.
- c) De acordo com o STJ, o terreno cuja unidade habitacional está em fase de construção, para fins de residência, está protegido pela impenhorabilidade por dívidas, por se considerar antecipadamente bem de família.
- d) Comprovada a impossibilidade da manutenção do bem de família nas condições em que foi instituído, poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público, extingui-lo ou autorizar a sub-rogação dos bens que o constituem em outros.
- e) O bem de família é sempre isento de execução por dívidas posteriores à sua instituição.

07. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) De acordo com o STJ, não há responsabilidade por dano moral decorrente de abandono afetivo antes do reconhecimento da paternidade.
- b) As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato. Assim, o casamento entre sogra e genro é anulável de pleno direito.
- c) A pessoa apoiada pode, desde que o Ministério Público concorde, solicitar o término do acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada.
- d) Os impedimentos matrimoniais são regras de ordem pública, cujo rol é taxativo e sua inobservância acarreta a anulabilidade do casamento.
- e) A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbil poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio de seu responsável ou curador; caso contrário, o casamento será nulo.

08. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Extingue-se em cinco anos o direito de impugnar a validade do testamento, contado o prazo da data da abertura da sucessão.
- b) Ainda que haja reabilitação expressa, o indigno, contemplado em testamento do ofendido, quando o testador, ao testar, já conhecia a causa da indignidade, não poderá suceder no limite da disposição testamentária, por se tratar de regra de ordem pública.
- c) Caduca o testamento militar, desde que, depois dele, o testador esteja, sessenta dias seguidos, em lugar onde possa testar na forma ordinária, salvo se esse testamento apresentar as solenidades previstas na lei.
- d) Os herdeiros colaterais ficarão excluídos da sucessão acaso não se habilitarem até a declaração de jacência.
- e) Não pode dispor de seus bens em testamento cerrado quem não saiba ou não possa ler.

09. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Quando lei que trata de matéria afeta ao direito civil continua a regulamentar fatos anteriores a sua revogação, ocorre a chamada ultratividade.
- b) O direito brasileiro admite repristinação de forma automática.
- c) É defeso ao juiz, ao aplicar a lei, corrigir erro material nela contido e não sanado pelo legislador.
- d) Como regra, a lei começa a vigorar em todo o país 180 (cento e oitenta) dias depois de oficialmente publicada.
- e) Ao legislador, quando ab-roga lei que revogou uma outra lei anterior, é vedada a concessão de efeito repristinatório.

10. Assinale a alternativa CORRETA:

ESMESC

- a) Haverá simulação quando aquele que recebeu documento assinado com texto não escrito no todo ou em parte formá-lo ou completá-lo por si ou por meio de outrem, violando o pacto feito com o signatário.
- b) O estado de necessidade afasta a responsabilidade civil do agente, quando o dono da coisa atingida ou a pessoa lesada pelo evento danoso não for culpado pela situação de perigo.
- c) **De acordo com o STJ, em um contrato, havendo multa ou cláusula penal celebrada com lesão, apenas a multa é anulável, mantendo-se o negócio.**
- d) As cláusulas de uso necessitam de previsão expressa no negócio jurídico.
- e) Na coação, quando tal disser respeito à pessoa não pertencente à família do paciente, o juiz não poderá anular o negócio jurídico celebrado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1) Sobre o juízo de retratação no processo civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) **poderá ocorrer em hipóteses de sentenças liminares que resolvem o mérito da demanda pela improcedência do pedido do autor, desde que em até 5 dias do recebimento do recurso de apelação.**
- b) somente poderá ocorrer quando, em sentenças terminativas (que não resolvem o mérito da demanda), o juiz o fizer em 5 dias do recebimento do recurso de apelação.
- c) não é admitido o juízo de retratação em sentenças, mas apenas em decisões interlocutórias.
- d) o juízo de retratação depende, necessariamente, de pedido de reconsideração para ser válido no processo.
- e) no CPC de 2015, o juízo de retratação é admitido exclusivamente nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, em razão da ausência de contencioso na demanda.

2) Assinale a alternativa CORRETA sobre a prova testemunhal no procedimento comum:

- a) **além do direito a não ter descontado o dia de trabalho em que compareceu à audiência para prestar o depoimento, a testemunha poderá ter direito a diária e demais despesas que tivera para o comparecimento à audiência.**
- b) o juízo poderá determinar a acareação de duas ou mais testemunhas, mas somente a requerimento.
- c) a parte poderá arrolar testemunhas desde que não ultrapasse o número de cinco para cada fato probando.
- d) se o advogado não juntar o Aviso de Recebimento que comprova a intimação da testemunha em até 3 (três) dias antes da audiência, o juízo não poderá ouvir o seu depoimento, pois presume-se que foi dispensada.
- e) se a parte levar a testemunha à audiência, restará presumida a suspeição desta.

3) Na jurisdição brasileira, vigora o princípio da *kompetenz-kompetenz*. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa que corresponde ao significado e à aplicação desse princípio:

- a) **mesmo o juízo absolutamente incompetente possui competência para reconhecer a própria incompetência.**
- b) a competência é a medida, o limite da jurisdição, e o juízo incompetente não poderá exercer jurisdição se não tiver competência.
- c) cabe ao Poder Judiciário, com exclusividade, reconhecer a incompetência do árbitro por nulidade de cláusula arbitral.
- d) a jurisdição é atividade exclusivamente estatal, motivo pelo qual o árbitro não pode ser considerado investido de jurisdição.
- e) a competência do Poder Judiciário corresponde ao dobro da competência do árbitro.

4) Na execução, podem adjudicar os bens penhorados (assinale a alternativa CORRETA):

- a) **o exequente; o pai do executado; os credores concorrentes que hajam penhorado o mesmo bem; o titular do usufruto quando a penhora recair sobre bem gravado com tal direito real.**
- b) o cônjuge do executado; os mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados; o coproprietário do bem penhorado; o advogado do exequente.
- c) o exequente; o filho do executado; o credor hipotecário que seja parte na execução, quando a penhora recair sobre bem com tal gravame; os servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta.

ESMESC

d) o cônjuge do executado; o credor hipotecário que seja parte na execução, quando a penhora recair sobre bem com tal gravame; os servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta; a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado.

e) o exequente; os credores concorrentes que hajam penhorado o mesmo bem; o credor hipotecário que seja parte na execução, quando a penhora recair sobre bem com tal gravame; o executado.

5) Fulano é proprietário de duas salas comerciais, as quais aluga para terceiros. Fulano reside com a sua avó, e os valores dos alugueres são usados exclusivamente para a sua subsistência. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA.

a) por se tratarem de imóveis comerciais, ambos serão penhoráveis em eventual execução.

b) por se tratarem de imóveis locados a terceiros, poderão ser considerados bens de família em eventual execução.

c) em eventual execução, um imóvel poderá ser penhorado e o outro não, pois é considerado bem de família o único imóvel, mesmo que locado a terceiro.

d) em eventual execução, os imóveis não poderão ser penhorados, pois constituem fonte de rendimentos de caráter alimentar.

e) como reside com sua avó, Fulano é arrimo de família e, se comprovar que os valores recebidos a título de alugueres servem não apenas para o seu sustento, mas também para o sustento de pessoa idosa enquadrada no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº.10.741/03), poderá o magistrado acatar esse fundamento para reconhecer a impenhorabilidade de ambos os imóveis em eventual execução.

6) Sobre as ações de direito de família, assinale a alternativa CORRETA:

a) em ação de divórcio cujo requerido se encontre em lugar incerto e não sabido, a citação será necessariamente pessoal, não sendo válida a citação por edital.

b) se a sentença que condena a pagar alimentos transitar em julgado, qualquer revisão posterior de valores deverá ser objeto de ação rescisória.

c) por se tratarem de ações que tramitam sob ritos de procedimento especial, não será admitido o negócio jurídico processual.

d) o magistrado, ao tomar depoimento do incapaz, poderá fazê-lo diretamente, sem a necessidade de estar acompanhado de especialista.

e) poderão ser realizados em cartório extrajudicial, sem a necessidade de processo judicial, o divórcio, a separação, a dissolução de união estável e a alteração do regime de bens do casamento, desde que não envolva incapaz e as questões sejam resolvidas consensualmente.

PROVA 3

7) Sobre o inventário judicial, assinale a alternativa CORRETA:

a) sem prejuízo da penhora sobre créditos e frações ideais correspondentes aos quinhões hereditários, é lícito aos herdeiros, ao separarem bens para o pagamento de dívidas, autorizar que o inventariante os indique à penhora no processo em que o espólio for executado.

b) a partilha julgada por sentença somente será rescindível se preteriu herdeiro ou incluiu quem não o seja.

c) a ação de inventário é de cumulação vedada por lei.

d) o direito de anular a partilha amigável extingue-se no prazo de 1 (um) ano, a contar do início da ocorrência do vício do consentimento, quando esse for o seu motivo determinante.

e) ao realizar a partilha, não é de competência do juízo do inventário considerar a prevenção de litígios futuros.

8) Fulano é arquiteto, e foi contratado por Beltrano para realizar o projeto e acompanhar a obra de construção da sua casa. Fulano realiza o projeto e, enquanto a obra é executada, Beltrano e o empreiteiro decidem, sem consultar o arquiteto, diminuir a espessura de uma viga de sustentação. O empreiteiro alega que a viga foi hiperdimensionada, e que ocasionará a utilização desnecessária de excesso de material. Ao verificar o ocorrido, com a viga já pronta, Fulano informa que a diminuição da espessura da viga poderá causar abalo estrutural no imóvel, além de ser contrária ao projeto realizado. Para constituir documento que lhe exima ou previna dessa responsabilidade, Fulano deverá tomar a seguinte medida judicial:

a) protesto judicial.

b) notificação judicial.

c) interpelação judicial.

- d) alienação judicial.
- e) intimação judicial,

9) O juízo julga antecipadamente um dos pedidos formulados pelo Autor, em caráter definitivo (julgamento antecipado parcial de mérito). Deixa os demais pedidos para serem julgados em momento posterior, ante a necessária instrução do feito em relação a estes. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) se a parte requerida não interpuser agravo de instrumento para impugnar essa decisão parcial de mérito, ocorrerá o trânsito em julgado no momento processual em que fora proferida.
- b) se a parte requerida não interpuser agravo de instrumento para impugnar essa decisão parcial de mérito, poderá rediscuti-la em preliminar de apelação, posteriormente.
- c) como não cabe agravo de instrumento para impugnar essa decisão parcial de mérito, o único momento processual adequado para impugna-la será posteriormente em preliminar de apelação.
- d) se, interposto agravo de instrumento, o resultado for por decisão não unânime, não caberá o julgamento estendido no tribunal, o qual pressupõe a convocação de novos desembargadores, nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores.
- e) por se tratar de decisão interlocutória, ao juízo é permitido retratar-se dessa decisão a qualquer tempo, até a prolação da sentença final que julgar os demais pedidos.

10) Sobre o recurso de agravo de instrumento, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não sendo eletrônicos os autos, o agravante deverá requerer a juntada, nos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso, no prazo de 3 (três) dias a contar da interposição do agravo de instrumento, sob pena de inadmissibilidade do recurso, desde que arguido e provado pelo agravado.
- b) o agravante deverá requerer a juntada, nos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso, no prazo de 3 (três) dias a contar do término do prazo para a interposição do agravo de instrumento, sob pena de inadmissibilidade do recurso.
- c) o rol de cabimento do recurso, previsto no CPC, é taxativo e não admite mitigação.
- d) é ônus do agravante juntar com as razões de agravo de instrumento, obrigatoriamente, cópias da petição inicial, da contestação, da petição que ensejou a decisão agravada, da própria decisão agravada, da certidão da respectiva intimação ou outro documento oficial que comprove a tempestividade e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.
- e) o agravo de instrumento não é cabível para impugnar a decisão judicial que nega provimento à exceção de pré-executividade.

DIREITO PENAL

1. A respeito das contravenções penais, identifique a assertiva CORRETA:

- a) Por disposição constitucional, as contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União são de competência da Justiça Federal.
- b) Conforme a legislação penal brasileira, não é punível a prática de tentativa de contravenção penal.
- c) As contravenções penais podem ser de ação penal pública, condicionada ou incondicionada, ou de ação penal privada.
- d) Conforme orientação sumulada pelo STJ, a prática de crime contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. O mesmo não ocorre, porém, com relação a prática de contravenção penal.
- e) Tal como os crimes, o tempo máximo de cumprimento de pena em decorrência da condenação pela prática de contravenção penal é de 40 anos.

2. Atenção para a assertiva: O adolescente "A", um dia antes de completar 18 anos, querendo ainda aproveitar-se de sua inimputabilidade, desferiu tiros contra a vítima "B", que somente vem a falecer uma semana depois. Neste

ESMESC

caso, em razão da adoção da teoria do resultado pelo nosso Código Penal, “A” responderá penalmente pela prática do crime de homicídio. Acerca do caso hipotético, é CORRETO dizer que a assertiva:

- a) Está correta, pois o Código Penal brasileiro adota a teoria do resultado quanto ao Tempo do Crime.
- b) Está correta, pois o Código Penal brasileiro adota a teoria da ubiquidade quanto ao Tempo do Crime.
- c) Está correta, pois o homicídio é crime de efeitos permanentes, cuja consumação se prolonga no tempo.
- c) Está errada, pois o Código Penal brasileiro adota a teoria da atividade quanto ao Tempo do Crime.**
- d) Está errada, pois o Código Penal brasileiro adota a teoria da ubiquidade quanto ao Tempo do Crime.

3. Assinale a opção que apresenta apenas elementos integrantes da culpabilidade:

- a) Imputabilidade, potencial consciência da ilicitude do fato e ilicitude.
- b) conduta, imputabilidade, potencial consciência da ilicitude do fato e exigibilidade de conduta diversa.
- c) Conduta, resultado, tipicidade penal e potencial consciência da ilicitude do fato.
- d) Imputabilidade, conduta e exigibilidade de conduta diversa.
- e) Imputabilidade, potencial consciência da ilicitude do fato e exigibilidade de conduta diversa.**

4. O resultado natural (ou naturalístico) é imprescindível para a consumação dos crimes:

- a) Comissivos.
- b) Formais.
- c) De mera conduta.
- d) Omissivos próprios.
- e) Culposos.**

5. O fundamento da imputabilidade é a capacidade de entender e de querer. Somente o somatório da maturidade e da sanidade mental confere ao homem a imputabilidade penal e o seu reconhecimento depende da capacidade para conhecer a ilicitude do fato. Diante disso, é CORRETO afirmar que:

- a) A emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal.
- b) A embriaguez voluntária pelo álcool ou substância de efeitos análogos não exclui a imputabilidade penal.**
- c) A inimputabilidade penal, qualquer que seja a espécie, possui como consequência a imposição de medida de segurança.
- d) A menoridade penal não exclui a imputabilidade penal, tendo em vista que o menor pode ser responsabilizado a partir de critérios previstos em lei especial, qual seja, o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- e) Considera-se inimputável aquele que comete crime em legítima defesa.

6. As medidas de segurança são aplicadas ao agente:

- a) Condenado por crime doloso, somente.
- b) Condenado por crime culposo, somente.
- c) Condenado por crime doloso ou culposo.
- d) Absolvido em razão de sua periculosidade.
- e) Absolvido em razão da inimputabilidade.**

7. Sobre o crime de homicídio, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Quando o homicídio é doloso e praticado contra menor de 14 anos, tem-se tipo qualificado.**
- b) O crime de homicídio consuma-se no momento da morte. Por tratar-se a morte de evento irreversível, classifica-se o homicídio como espécie de crime permanente.
- c) O crime de feminicídio não tem previsão no Código Penal, mas na Lei Maria da Penha, vez que se trata de crime decorrente de condições de gênero.
- d) É isento de pena quem pratica o homicídio sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.
- e) O Código Penal Brasileiro prevê hipótese de perdão judicial tanto para o crime de homicídio culposo quanto para o crime de homicídio doloso.

8. João e Pedro, ambos com dezenove anos de idade, planejam, em comum acordo, furtar bens dos pais de João, quando estes estivessem trabalhando. Na data combinada, os agentes subtraem joias e dinheiro, que somados chegam ao valor aproximado de R\$ 5.000,00, da residência do casal, local onde João reside. Os pais de João

ESMESC

contam, cada um, cinquenta e cinco anos de idade. Com base nessa situação hipotética e no que dispõe o Código Penal Brasileiro, assinale a opção CORRETA.

- a) Caso João seja primário, o juiz pode diminuir a pena de um a dois terços, ou aplicar-lhe somente multa.
- b) Caso Pedro seja primário, o juiz pode diminuir a pena de um a dois terços, ou aplicar-lhe somente multa.
- c) Independentemente da quantia e da utilidade dos bens subtraídos, João (e apenas ele) está isento de pena.
- d) Independentemente da quantia e da utilidade dos bens subtraídos, João e Pedro estão isentos de pena.
- e) Não há tipicidade material nas ações de João e Pedro.

9. Não é considerado crime hediondo (Lei n. 8.072/1990) ou equiparado:

- a) O crime de associação criminosa, ainda que direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado.
- b) O crime de organização criminosa, quando direcionada à prática de crime hediondo ou equiparado.
- c) O crime de roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte.
- d) O crime de estupro e estupro de vulnerável.
- e) O crime de furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

10. A respeito dos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei n. 10.826/2003), informe a assertiva CORRETA: ANULADA

- a) A posse de arma de brinquedo ou a utilização de qualquer outro instrumento simulador de arma de fogo configura crime, segundo expressamente previsto no Estatuto do Desarmamento.
- b) Os crimes previstos no Estatuto do Desarmamento são de competência da Justiça Federal, tendo em vista que o controle de armas é realizado por entidade da União (SINARM).
- c) A conduta de possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência, ou, ainda no seu local de trabalho, qualquer que seja a atividade profissional realizada, configura o crime de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- e) O Estatuto do Desarmamento não criminaliza comportamentos que envolvem artefatos explosivos ou incendiários.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Salete confessa, perante o juiz de Direito, a prática de crime contra o patrimônio de José, o que é desmentido pelas testemunhas do fato. Pode o Magistrado condenar Salete apenas com base em sua confissão judicial?

- a) Sim, pois a confissão, no âmbito do Processo Penal, constitui a rainha das provas, possuindo valor pleno.
- b) Não, tendo em vista que a confissão, no âmbito do Processo Penal, não se reveste de valor pleno, tendo que ser corroborada por outros elementos de prova.
- c) Não, pois considerando-se que o depoimento das testemunhas tem maior valor probante que a confissão.
- d) Sim, desde que Salete confesse o crime espontaneamente.
- e) Não, pois a confissão precisa ter sido realizada na fase de investigação e judicial para ter valor como prova.

2. Rafael foi denunciado pelo crime de bigamia. O advogado de defesa peticionou ao juízo criminal requerendo a suspensão da ação penal, por entender que o primeiro casamento de Rafael padecia de nulidade, fato que gerou ação civil anulatória, em trâmite perante o juízo cível da mesma comarca. Nessa situação hipotética:

- a) deverá o juízo criminal, de ofício, extinguir a punibilidade de Rafael, uma vez que o delito de bigamia foi revogado.
- b) considerando-se a independência das instâncias, o processo criminal deverá ter seguimento independentemente do desfecho da ação anulatória civil.
- c) apesar de as instâncias cível e criminal serem independentes, o juízo criminal poderá, por cautela, determinar a suspensão da ação penal até que se resolva, no juízo cível, a controvérsia relativa à nulidade do primeiro casamento de Rafael.
- d) a ação penal deverá ser suspensa até que a nulidade do primeiro casamento de Rafael seja resolvida definitivamente no juízo cível.
- e) nenhuma das opções anteriores está correta.

3. Na hipótese de o crime ser praticado por dois ou mais agentes em concurso, em que um deles tiver foro privilegiado:

- a) os processos devem ser separados, devendo o agente que tem prerrogativa responder no juízo especial e o que não tem responder no juízo comum.
- b) os processos devem ser reunidos por conexão e julgados pelo juízo comum.
- c) os processos devem ser reunidos por conexão ou continência e julgados pelo juízo especial (privilegiado).**
- d) os processos nunca poderão ser reunidos, em abono à garantia do juiz natural.
- e) nenhuma das opções anteriores está correta.

4. Com relação à Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais), é CORRETO afirmar que:

- a) a competência do Juizado será determinada pelo domicílio ou residência do réu.
- b) não se admitirá a transação penal se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de contravenção penal, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.
- c) a suspensão condicional do processo poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.**
- d) da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá agravo, que poderá ser julgado por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.
- e) a composição dos danos civis será reduzida a escrito, homologada pelo Juiz mediante sentença recorrível, por meio de agravo, e terá eficácia de título a ser executado no mesmo juízo.

5. Assinale a opção incorreta acerca das nulidades no processo penal.

- a) Em matéria de nulidades, atua o princípio geral de que, inexistindo prejuízo, não se proclama a nulidade do ato processual, embora produzido em desacordo com as formalidades legais (*pás de nullité sans grief*).
- b) A suspeição do juiz é motivo de nulidade absoluta, ainda que a parte interessada não oponha a exceção cabível.
- c) Diz respeito às nulidades absolutas e relativas a seguinte afirmação do CPP: “nenhuma das partes poderá argüir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.”
- d) A incompetência territorial do juízo anula todo o processo, desde o seu início.**
- e) A incompetência em razão da matéria é causa de nulidade absoluta.

6. Quanto à intimação da sentença, é CORRETO afirmar que:

- a) se dará mediante edital, no caso de infração afiançável, ainda que o réu tenha constituído advogado e este tenha sido intimado;
- b) é presumida quando o réu constitui advogado particular;
- c) a do Ministério Público se dará mediante mandado a ser cumprido por oficial de justiça;
- d) quando o réu constituir defensor, se dará na pessoa deste;
- e) será pessoal, no caso de réu preso.**

7. Assinale a opção CORRETA, no tocante aos recursos em processo penal.

- a) Com a extinção do protesto por novo júri, não é mais possível, pela via recursal, que o réu seja submetido a novo julgamento perante o tribunal do júri.
- b) O agravo de instrumento é o recurso cabível contra a decisão que não admite recurso extraordinário ou especial, e a carta testemunhável, o recurso apropriado contra a decisão que denega a apelação.
- c) Da decisão de pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária, cabe apelação.
- d) O recurso em sentido estrito é cabível apenas contra a decisão do juiz que concede a ordem de *habeas corpus*, pois da que a denega tem cabimento outro *habeas corpus*.
- e) O CPP prevê o recurso em sentido estrito contra a decisão que rejeitar a denúncia ou a queixa.**

8. Analise o caso concreto e responda o que se pede: “Em uma mesma denúncia, Mévio foi acusado de ter praticado os crimes de lesão corporal seguida de morte e de ocultação de cadáver. Tramitado, regularmente, o processo, foi proferida a sentença, na qual o juiz condenou Mévio pela prática do crime de lesão corporal seguida de morte e, em relação ao crime de ocultação de cadáver, julgou extinta a punibilidade de Mévio, em face da prescrição da pretensão punitiva. O Ministério Público discordou apenas da extinção da punibilidade e

ESMESC

interpôs recurso, ao passo que o Defensor de Mévio concordou com todo o julgamento.” O recurso interposto pelo Ministério Público foi:

- a) a carta testemunhável.
- b) a apelação.**
- c) o recurso em sentido estrito.
- d) o recurso especial.
- e) nenhuma das opções anteriores

9. Assinale a afirmativa CORRETA.

- a) É majoritário nos Tribunais Superiores o entendimento de que a extinção da punibilidade em face da morte do agente, quando baseada em certidão de óbito falsa, não poderá ser superada com a propositura de nova ação penal.
- b) Desde a reforma do Código de Processo Penal trazida pela Lei n. 11.719 que o reconhecimento da extinção da punibilidade pelo juiz após a resposta à acusação leva à absolvição imprópria do acusado.
- c) O juiz poderá declarar a extinção da punibilidade de ofício.**
- d) O momento correto para o juiz declarar extinta a punibilidade do agente é após a resposta à acusação. Após esse momento, apenas poderá haver o reconhecimento da extinção na sentença
- e) Extingue-se a punibilidade pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão do ofendido, aceito ou não, nos crimes de ação penal privada.

10. É CORRETO afirmar:

I. O procedimento será o ordinário para as infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas na forma da lei.

II. A ação penal é um direito autônomo, que não se confunde com o direito material que se pretende tutelar.

III. Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

IV. Ao tratar das medidas assecuratórias tem-se no Código de Processo Penal que o processo de especialização da hipoteca e do arresto correrão nos mesmos autos do processo principal.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.**
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Nenhuma das proposições está correta.

2ª ETAPA

DIREITO

1. Alberto Roberto, proprietário do apartamento 103 do condomínio Morada do Passarinho, firmou compromisso de compra e venda desse imóvel com Zeca Caixão, ajustando a alienação do imóvel segundo as condições previstas no pacto, negócio jurídico que não foi registrado e que ficou na esfera de conhecimento apenas dos contraentes. Zeca Caixão, promissário comprador e segundo cláusula específica do contrato, foi imitado *incontinenti* na posse desse imóvel e dele passou a usar e gozar por 10 meses completos. Ocorre que já no segundo mês de gozo da posse direta Zeca Caixão passou por dificuldades financeiras e deixou de cumprir com todas as obrigações do compromisso de compra e venda mencionado, mantida, contudo, a ocupação fática do imóvel diante da inexistência de cláusula resolutiva no contrato. De igual modo, deixou de pagar a contribuição condominial devida à pessoa jurídica formal condomínio Morada do Passarinho, que depois de 30 dias do primeiro vencimento já ingressou com demanda para a cobrança forçada dos valores devidos por esse período, lide que foi julgada integralmente procedente e que se encontra em fase de cumprimento de sentença, com a penhora do próprio imóvel (apto. 103 do cond. Morada do Passarinho). Assentadas essas premissas fáticas, responda (em até 200 palavras, no todo):

a) Quem são, em tese, os legitimados passivos na ação de cobrança de condomínio deflagrada pelo condomínio Morada do Passarinho? Explique.

Caminho da resposta:

Segundo entendimento do STJ, na hipótese narrada e diante da natureza jurídica *propter rem* da taxa de contribuição condominial, seriam legitimados passivos para figurar na ação de cobrança tanto o promitente vendedor, Alberto Roberto, proprietário do imóvel, como o compromissário comprador e detentor da posse direta do apartamento, Zeca Caixão, tendo em vista que o período que se busca cobrar é relativo à posse direta por este último exercida e que o negócio jurídico não era de conhecimento do condomínio.

Esse é o entendimento que decorre da inteligência do Tema 886 da Corte Especial, como dos julgados posteriores que tratam da matéria, que pacificaram o entendimento a respeito. Veja-se:

“RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. DÉBITOS CONDOMINIAIS POSTERIORES À IMISSÃO NA POSSE. RESPONSABILIDADE DO VENDEDOR E DO COMPRADOR. IMPUTAÇÃO DO DÉBITO AO COMPRADOR. CARÁTER 'PROPTER REM' DA OBRIGAÇÃO.

INTERPRETAÇÃO DO RESP 1.345.331/RS, JULGADO PELO ART. 543-C DO CPC.

1. Controvérsia acerca da responsabilidade do promitente vendedor (proprietário) pelo pagamento de despesas condominiais geradas após a imissão do promitente comprador na posse do imóvel.
2. Caráter 'propter rem' da obrigação de pagar cotas condominiais.
3. Distinção entre débito e responsabilidade à luz da teoria da dualidade do vínculo obrigacional.
4. Responsabilidade do proprietário (promitente vendedor) pelo pagamento das despesas condominiais, ainda que posteriores à imissão do promitente comprador na posse do imóvel.
5. Imputação ao promitente comprador dos débitos gerados após a sua imissão na posse.
6. Legitimidade passiva concorrente do promitente vendedor e do promitente comprador para a ação de cobrança de débitos condominiais posteriores à imissão na posse.
7. Preservação da garantia do condomínio.
8. Interpretação das teses firmadas no REsp 1.345.331/RS, julgado pelo rito do art. 543-C do CPC.
9. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO” (STJ, REsp 1.442.840/PR, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 21/08/2015).

b) No caso exposto, Alberto Roberto, não tendo participado como réu da demanda de conhecimento, poderia ser incluído apenas na fase do cumprimento de sentença, considerando a natureza jurídica do débito exequendo e que a penhora recaiu sobre bem imóvel do qual é proprietário? Explique.

Caminho da resposta:

Sim. Segundo o STJ, considerando que nesse caso há legitimação e responsabilidade do promitente vendedor e do compromissário comprador, que o débito exequendo tem natureza jurídica *propter rem* e que, por força disso, o próprio imóvel responderá, ao final, pela execução das despesas condominiais não pagas, o proprietário/promitente vendedor pode ser incluído apenas na fase de cumprimento de sentença da respectiva demanda proposta para a satisfação das obrigações para com o condomínio, ainda que não tenha ele - proprietário/promitente vendedor – integrado a demanda de conhecimento.

Neste sentido, veja-se o seguinte excerto:

“DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TAXAS CONDOMINIAIS. COBRANÇA. PROMITENTE-VENDEDOR. RETOMADA DO IMÓVEL. RESPONSABILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. "Em se tratando a dívida de condomínio de obrigação *propter rem* e partindo-se da premissa de que o próprio imóvel gerador das despesas constitui garantia ao pagamento da dívida, o proprietário do imóvel pode figurar no polo passivo do cumprimento de sentença, ainda que não tenha sido parte na ação de cobrança originária, ajuizada,

ESMESC

em verdade, em face dos promitentes compradores do imóvel” (STJ, REsp 1696704/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/09/2020, DJe 16/09/2020).

c) No caso dos autos, Alberto Roberto, não tendo participado como réu na demanda de conhecimento e não integrando a fase de cumprimento de sentença, poderia, em tese, opor embargos de terceiro ao ter conhecimento de que o imóvel de sua propriedade foi penhorado nesse mesmo cumprimento de sentença deflagrado em desfavor de Zeca Caixão? Explique.

Caminho da resposta:

Sim, uma vez que a legitimidade para opor embargos de terceiro decorre da não participação em feito judicial do qual decorre a ordem constitutiva do bem imóvel do qual é proprietário Alberto Roberto (art. 674 do CPC), pouco importando, para tanto, a questão da responsabilidade pelos débitos condominiais exequendos (a possibilidade para opor embargos de terceiros decorre dos limites subjetivos da coisa julgada), cuja discussão é relativa ao mérito propriamente dito.

DIREITO

2. Lucas, foragido do sistema prisional, dirigia seu veículo automotor pela rodovia BR-101, quando foi parado pela guarnição da Polícia Rodoviária Federal em Palhoça/SC, em fiscalização de rotina. Por saber que havia mandado de prisão expedido contra si, Lucas apresentou Carteira Nacional de Habilitação supostamente emitida pelo DETRAN/SC, com sua foto, sua data de nascimento, mas contendo o nome Eduardo, a fim de evitar sua prisão.

Os Policiais Rodoviários Federais realizaram consulta online no sistema do DETRAN/SC, pelo número da CNH apresentada, e verificaram que a foto e a data de nascimento do documento que tinham em mãos não correspondiam com aqueles dados presentes no sistema do órgão de trânsito. Em razão disso, Lucas foi preso em flagrante. Ouvido na delegacia, Lucas confessou que encomendou a um conhecido a confecção de uma CNH falsa.

Posteriormente, Lucas foi denunciado, na Vara Criminal da Comarca de Palhoça, pela prática do crime do art. 304 do CP (uso de documento falso). Em sua resposta à acusação, Lucas suscitou, em preliminar, a incompetência da Justiça Estadual, requerendo a remessa dos autos à Justiça Federal, uma vez que o documento falso foi apresentado à PRF, e, no mérito, alegou que deve ser absolvido, porque a conduta por si praticada é fato atípico, visto que o uso do documento falso foi em sua autodefesa, para evitar ser preso.

Com base no caso acima, responda justificadamente (em até 200 palavras, no todo):

(a) A questão preliminar suscitada por Lucas (incompetência) deve ser acolhida?

(b) Independentemente da resposta ao item anterior, responda se a tese defensiva de mérito (autodefesa) alegada por Lucas merece ser acolhida, abordando em sua resposta os aspectos jurídicos do princípio da autodefesa ou princípio da não autoincriminação.

Espelho de Resposta

ESMESC

(a)	<p>Sim, a preliminar deve ser acolhida.</p> <p>Trata-se de entendimento dominante na jurisprudência, retratado no Enunciado n. 546 da Súmula do STJ, segundo o qual “a competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor”. Assim, embora a falsidade tenha se dado sobre documento emitido pelo DETRAN/SC, órgão estadual, este foi apresentado a agentes da Polícia Rodoviária Federal, órgão mantido pela União (CRFB/88, art. 144, § 2º), de modo que atrai a competência da Justiça Federal, nos termos do art. 109, IV, da CRFB/88.</p>	1,5
	<p>Pontos que podem ser abordados na resposta:</p> <ul style="list-style-type: none">- O princípio da não autoincriminação ou autodefesa é decorrência do disposto no art. 5º, LXIII, da CRFB/88;- O princípio assegura ao indivíduo o direito de não se incriminar ou de não fazer prova contra si mesmo (<i>nemo tenetur se detegere</i>);- É uma garantia de que o acusado não precisa colaborar com o Estado na busca da chamada verdade real no processo penal;- O direito ao silêncio é um decorrência da garantia da não autoincriminação.	1,5
(b)	<p>Não deve ser acolhida a tese defensiva de mérito.</p> <p>A jurisprudência do STJ há muito tempo rejeita a possibilidade de se aplicar o princípio da não autoincriminação como tese defensiva à conduta de usar documento falso para ocultar fato negativo do agente, como sua situação de foragido. Nesse sentido: AgRg no AREsp 2248031/SP; AgRg no HC 557776/ES; HC 63516/SP.</p> <p>Na mesma linha é a jurisprudência do TJSC, por exemplo: Apelação Criminal n. 5005362-81.2022.8.24.0033; Apelação Criminal n. 5003218-35.2021.8.24.0045.</p> <p>De se ressaltar que, nos termos do Enunciado n. 522 da Súmula do STJ, “a conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa”, de modo que até mesmo o crime de falsa identidade (art. 307 do CP), menos grave que o uso de documento falso, não está abrangido pela autodefesa, segundo a jurisprudência do STJ. Trata-se também de entendimento dominante na jurisprudência do STF, conforme, exemplificativamente, o RE 640.139.</p>	1,5
	Uso adequado do vernáculo.	0,5
TOTAL		5,0

Fundamentos da questão

Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina

Rua dos Bambus, 116, Itacorubi, Florianópolis-SC, 88034-570, (48) 3231-3045

www.esmesc.com.br

ESMESC

A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor. (Súmula n. 546, Terceira Seção, julgado em 14/10/2015, DJe de 19/10/2015.)

A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa. (Súmula n. 522, Terceira Seção, julgado em 25/3/2015, DJe de 6/4/2015.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. USO DE DOCUMENTO FALSO. AUTODEFESA. ATIPICIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. DESCLASSIFICAÇÃO. FALSA IDENTIDADE. DESCABIMENTO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Hipótese em que o réu, parado por policiais militares, enquanto conduzia veículo automotor, apresentou Carteira Nacional de Habilitação falsa.

2. Incabível a pretendida absolvição, porquanto esta Corte Superior, na linha do Supremo Tribunal Federal, entende que tanto o uso de documento falso quanto a atribuição de falsa identidade, mesmo que destinados para o fim exclusivo de autodefesa, configuram crime.

3. A "efetiva utilização do documento objeto do falso afasta o enquadramento da conduta no tipo penal de falsa identidade, previsto no artigo 307 do Código Penal, que tem caráter subsidiário" (REsp 1.710.259/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 11/9/2018, DJe 19/9/2018).

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp n. 2.248.031/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 7/3/2023, DJe de 13/3/2023.)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. USO DE DOCUMENTO FALSO. FALSIDADE IDEOLÓGICA. AUTODEFESA. INVIABILIDADE. CRIME IMPOSSÍVEL. NÃO OCORRÊNCIA. DOSIMETRIA. PRETENSÃO AO AFASTAMENTO DE MAUS ANTECEDENTES. CONDENAÇÃO QUE ULTRAPASSA O PERÍODO DEPURADOR DE CINCO ANOS. PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. AGRAVANTE DO ART. 61, II, "B", DO CP. INCIDÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal a quo consignou que somente quando o objeto ou o meio forem absolutamente impróprios é que não se pune a conduta. Não é o caso, pois o documento exibido pelo réu era apto a iludir e prejudicar direitos. Desse modo, inviável a tese de crime impossível que só se caracteriza quando o meio empregado pelo agente for absolutamente ineficaz para a produção de resultado, o que não é o caso dos autos.

2. A utilização de documento falsificado, a fim de ocultar a condição de foragido da justiça, como exercício da autodefesa, não é admitida por esta Corte Superior, independente de solicitação da autoridade policial para apresentar o documento.

3. Conforme precedentes desta Corte, "é possível a exasperação da pena-base com fulcro em condenações anteriores transitadas em julgado há mais de 5 anos, porquanto, apesar de não espelharem a reincidência, pois alcançadas pelo período depurador previsto no art. 64, inciso I, do Código Penal, podem ser utilizadas para caracterizar os maus antecedentes do réu, 4. A teor do art. 61, II, "b", do CP, é circunstância que sempre agrava a pena, ter o agente cometido o crime para facilitar ou assegurar a impunidade de outro crime. O Tribunal a quo assinalou que o condenado fez uso de documento falso por esse motivo, o que justifica concretamente a incidência da agravante.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC n. 557.776/ES, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 10/8/2021, DJe de 16/8/2021.)